

Espaço de jogo, confiança e amizade: três agenciamentos de cuidado em contextos organizacionais¹

Ângela Cristina SALGUEIRO MARQUES²
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, BH

RESUMO

O objetivo deste artigo é elaborar uma reflexão conceitual acerca da construção de relações de interdependência nos contextos organizacionais a partir da ética do cuidado e da responsabilidade política que altera constantemente condições de vulnerabilidade e de transformação de sujeitos e grupos. Partimos de uma definição do contexto de trabalho como espaço de jogo (Walter Benjamin) aberto à criação de articulações entre diferentes elementos, narrativas e experiências. Nesse espaço, as relações de confiança (Louis Quéré) podem elaborar uma forma de resolução de problemas em que a incerteza é explorada coletivamente, problematizada, enfrentada, gerando aprendizados partilhados em experiências comuns e transformadoras. Os vínculos de confiança, por sua vez, são propícios ao desenho de vínculos de amizade (Michel Foucault), a partir dos quais ocorre um processo de abertura à alteridade e também a margens de manobra que auxiliam o exercício da autonomia relacional e da liberdade como experiência de cuidado de si e dos outros.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço de jogo; confiança; amizade; cuidado; contextos organizacionais.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem do cuidado como responsabilidade ética coletiva, buscamos compreender como práticas relacionais de interdependência que sustentam os contextos de trabalho nas organizações podem ser criadas e sustentadas a partir da abertura de espaços de jogo, nos quais a confiança e a amizade acionam a escuta e a hospitalidade como dimensões básicas do reconhecimento da legitimidade das demandas dos trabalhadores e das respostas direcionadas a elas.

De acordo com Ferrarese e Laugier (2018), diante de mecanismos de controle cada vez mais restritivos, a prática do cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que escapam às lógicas cerceadoras, aos saberes vindos da experiência vivida, uma vez que são esses conhecimentos não mapeados que muitas vezes geram condições de proteção e de reparação constante das formas de vida. Os saberes vividos, corporificados e partilhados como dádiva possuem a potência de reparar e criar elos e articulações que, justamente por não serem

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Comunicação Social e do PPGCOM da UFMG, email: angelasalgueiro@gmail.com.

negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético.

Por isso, a análise do cuidado como processo e como prática ética, e não apenas como relação interindividual ou trabalho de proximidade, permite questionar as relações que fundam uma organização e a distribuição de responsabilidades entre as suas diferentes equipes e núcleos de gestão (BRUGÈRE, 2023). Isso possibilita compreender como são consideradas as necessidades de cuidados num quadro mais amplo (institucional, político) e como são consideradas as formas de lhes dar respostas guiadas por parâmetros de justiça.

O cuidado pode ser entendido como uma atividade moral e ética que confere atenção ao que permanece invisibilizado e, ao mesmo tempo, define o espaço político ao escutar as necessidades de quem sofre, a partir de uma atenção verdadeira aos outros, de uma proximidade que se estabelece através da responsabilidade (TRONTO, 1995). Nesse viés, a ética do cuidado é uma política do cotidiano e uma política da vulnerabilidade que altera as condições de interdependência entre sujeitos e grupos. Alimentar articulações fortalece a ética do cuidado não só como atenção aos outros, mas sobretudo como trabalho cotidiano e incansável que torna nossas vidas possíveis. Essa perspectiva visa zelar para que a dignidade das pessoas prevaleça sobre a lógica de mercado e as lógicas de controle.

É a prática do cuidado, definida relacionalmente, que orienta a construção da confiança, sobretudo quando a maior parte de nossas interações é mediada e experienciada nos ambientes organizacionais. Nesses ambientes, valorizam-se as demonstrações de invulnerabilidade e de habilidade em “dar conta” dos desafios e das crises. Revelar-se vulnerável e identificar a vulnerabilidade como parte daquilo que vincula uma equipe a um projeto coletivo são gestos repudiados pela maior parte das lideranças em contextos organizacionais. Muitos líderes não reconhecem que a capacidade de responder à vulnerabilidade, assim como a aptidão para percebê-la, longe de serem questões de sensibilidade inerente ou de figurarem como reações emocionais incontroláveis, são o resultado de uma distribuição socialmente organizada do cuidado, da confiança e da amizade.

Argumentamos que o cuidado como responsabilidade coletiva é uma prática que requer a abertura de espaços de jogo (BENJAMIN, 1987, 2009, 2023), nos quais processos de experimentação configuram espaços heterotópicos e liminares, alimentando táticas heterogêneas, plurais e articuláveis. Para Benjamin (1987), o espaço de jogo amplia as margens de manobra de sujeitos e grupos que produzem alianças (temporárias ou duradouras) com base no objetivo de melhor compreender e solucionar dilemas coletivos.

Espaço de Jogo e a abertura de margens de manobra diante dos desafios

Walter Benjamin (1987, 2023) argumentava que o avanço da técnica, dos ditames do lucro e do progresso deixam pouca “margem de manobra” para a ação emancipatória e reflexiva dos sujeitos. Contudo, sabemos que Benjamin defendia outra forma de agência e apropriação da técnica: uma capaz de alterar a imaginação política, de “reencenar as bordas com o meio que nos cerca, abrindo um novo campo de ação a ponto de transformar todas as tensões revolucionárias em inervações do corpo coletivo” (SELIGMANN-SILVA, 2023, p.145). Além disso, para ele, a técnica ampliaria o imaginário político e o *sensorium* que orienta nossa experimentação no mundo e nas relações.

Benjamin (1987, p.243) utiliza o termo “espaço de jogo” (*Spielraum*) para caracterizar a abertura criativa de um intervalo, de um limiar a partir do qual operam a flexibilidade, o respiro, a pausa, permitindo um trabalho de redistribuição de diferentes elementos, entrelaçando-os de outra maneira. O jogo oferece uma dinâmica à experiência capaz de evidenciar o quanto elementos corriqueiros, singelos, vestígios, memórias e rastros são essenciais para a criação de táticas que agem sobre estratégias institucionais de controle. O espaço de jogo pode mostrar de que maneira os objetos, palavras, corpos e imagens “estão sempre prontos a mudar de lugar, a se reunir novamente. Todos eles são mais ou menos preciosos, (...) não ocupam apenas o local visível que ocupam, mas também espaços sempre novos” (1987, p.243). Nesse deslocamento cria-se folga, brecha para um espaço de vida, lugar de resistência, de política inventiva e transformadora. Segundo Benjamin (2009), o espaço de jogo é essa forma de articulação que permite aos objetos e aos sujeitos transformar suas funções, mover-se com os gestos e movimentos intersubjetivos das pessoas no cotidiano, constituindo-se assim como zona de indeterminação (MONDZAIN, 2022a e b).

O espaço de jogo é propício à abertura de intervalos, limiares e brechas nos quais se pode respirar e redefinir o rumo das coisas e das formas de experiência. No limiar possibilitado pelo ato de jogar é possível experimentar como gesto político crítico, porque ainda existe um espaço não preenchido, um espaço para redistribuir, remontar, transformar.

A noção de espaço de jogo (ou margem de manobra) aparece também nos ensaios “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1987) e “A doutrina das semelhanças” (1994), sempre relacionada à possibilidade de desprendimento, repetição, fragmentação, reordenação experimental do mundo através da paródia, da mimese, da brincadeira e do lúdico que expressam um método de aprendizagem para lidar com a experiência política. Embora o jogo apareça em diversas dimensões do pensamento de Benjamin, ele é indissociável dessa relação de aprendizagem, que implica uma forma de lidar com o tempo a partir do cuidado com

o mundo e do cuidado com a memória que se reconfigura a partir da reconstrução, da repetição como diferença, e de um gesto poético e político que projeta o seu potencial produtivo no futuro.

Benjamin (2023) fala do espaço de jogo (*Spielraum*) como essencial para a criação de táticas que agem sobre as estratégias de controle, trazendo “pautas preciosas” que são dispostas e oferecidas aos nossos sentidos. O espaço liminar do jogo possui intervalos e vazios nos quais se pode respirar e redefinir o rumo das coisas. Ainda é possível *experimental* porque ainda existe um espaço não preenchido, “um espaço para jogar, experimentar, transformar. Uma estética da *experimentação*, portanto, em vez de uma lógica do espetáculo” (GAGNEBIN, 2020, p. 71). Sob esse aspecto, a produção de espaços de jogo se aproxima de uma estética e de uma ética da experimentação (algo que se conecta com o pragmatismo de John Dewey, por exemplo), distanciada da lógica do espetáculo, e fronteira com a conformação de um aparecimento político na esfera pública que permita consideração e reconhecimento das existências vulneráveis e suas táticas de resistência.

O espaço de jogo é um espaço político liminar de resistência e invenção, de transformação e sobrevivência (SELIGMAN-SILVA, 2023), sendo capaz de estimular, fundamentar e criar conhecimentos partilháveis para propostas emancipatórias e insurgentes, enfrentando a verticalidade do poder e a aniquilação da alteridade, especialmente quando se trata de pensar as experiências de vulnerabilidades que ocorrem nos contextos organizacionais e que sempre são múltiplas e interseccionais.

Acreditamos que as operações criadoras de bordas e intervalos realizadas no espaço de jogo tendem a explorar outras maneiras de elaborar formas de legibilidade do mundo e de resolução coletiva de problemas, sobretudo quando projetos de governamentalidade necropolíticos colocam em risco as formas de vida e suas presenças materiais no espaço, no tempo e nas redes de cuidado do trabalho.

A criação de dispositivos de confiança

Louis Quéré (2005) entende os “dispositivos de confiança” como arranjos que se estabelecem quando os sujeitos que articulam em margens de manobra que não visam necessariamente a eliminação de relações opressoras (é impossível localizar-se fora de relações de poder), mas a criação da confiança como uma prática relacional, como atitude tomada em relação aos outros e às instituições, conectada com arranjos que desenham outras interações possíveis.

A confiança expressa a maneira como as relações entre o outro (pessoa, instituição ou organização), o próprio sujeito e as condições situacionais são articulados em arranjos interacionais voltados para o trabalho de redefinir e reduzir incertezas, alterar condições de vulnerabilidade (BUTLER, 2015, 2019) e encontrar alternativas de entendimento e solução de problemas coletivos. Os dispositivos de confiança funcionam a partir das seguintes componentes entrelaçadas: a confiança impessoal (confiar em equipamentos, estruturas e instituições); a confiança como disposição (avaliamos os outros a quem nos expomos e a eles nos entregamos, esperando que não sejamos lesados ou injuriados); e a confiança interpessoal (pautada pela composição e recomposição constante de nossas negociações, afetos, atitudes e intenções).

Assim, cada componente aciona algumas articulações, cria alguns arranjos, mas também se ampara nas outras e em seus próprios modos de funcionamento. É importante salientar aqui que as noções de dispositivo e arranjo são tomadas a partir da perspectiva de Michel Foucault (1994, p. 299), para quem o dispositivo é “o sistema de relações que se pode estabelecer entre elementos heterogêneos (discursivos e não discursivos)”, que, “em dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência”. Entre esses elementos “há um jogo, mudanças de posição, modificações de funções”, que geram arranjos “em um processo contínuo de preenchimento estratégico”. Sob essa abordagem, a confiança demanda a elaboração de arranjos que definem dispositivos que alteram uma dada “lógica interacional”, gerando espaço potencial de desvio, de criação, de ajuste e de invenção social.

No âmbito das organizações, a confiança muitas vezes é associada à credibilidade, à autoridade daqueles que devem tomar decisões e à existência de uma hierarquia. Contudo, Quéré (2001, 2005) afirma que essa forma de vínculo não é a confiança, uma vez que ela não se confunde com um julgamento acerca da credibilidade de uma pessoa ou instituição. Muitas vezes a confiança é confundida com a estabilidade de expectativas em torno da regularidade e do bom funcionamento de instituições e práticas.

Ao definir a confiança como resultado dos agenciamentos de dispositivos complexos de arranjos intersubjetivos, Quéré se mostra preocupado em caracterizar a confiança a partir da abordagem do pragmatismo, evidenciando como ela deriva dos engajamentos de um sujeito em relação com outros, em situações nas quais se apresentam riscos, inseguranças, incertezas e dificuldades de manter a coesão de um grupo. Sob esse viés, a confiança não é um título ou um crédito oferecido a alguém, ela é uma forma de relacionar-se e de elaborar uma forma de comum que pode, potencialmente, gerar amizade.

Amizade como cuidado de si e dos outros no contexto do trabalho

A experiência da amizade como evento político, para Foucault (1997, p.136), articula afetos, põe em movimento “fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevisas”. Quando a amizade passa a ser base das interações de reciprocidade entre pessoas no ambiente de trabalho, “a instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam e, ao mesmo tempo, a dominam e perturbam. (...) Estas relações instauram um curto-circuito e introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (FOUCAULT, 1997, p.137).

Inspirada pela reflexão de Foucault (1997) acerca da amizade, Marilda Ionta (2007, 2016, 2017) valoriza a maneira como as práticas relacionais de cuidado de si e dos outros podem ser fortalecidas na construção de espaços de autodefinição e afeto na escritura. O interesse de suas pesquisas é conduzido pelo desejo de descobrir como indivíduos podem se construir como sujeitos éticos no espaço da amizade, elaborando formas de vida únicas e conectadas por laços de autovalorização e interdependência. Ela argumenta que as subjetividades são moradas provisórias, espaços protegidos para que os indivíduos possam experimentar configurações moventes de suas identidades. “A força política da amizade reside na falta de controle dos poderes sobre os afetos intensos que surgem nessas relações. As amizades são incontrolláveis, ingovernáveis em suas emergências, multiplicidades e plasticidades”. (IONTA, 2017, p.379).

As técnicas de cuidado de si e dos outros consideram a existência das amizades enquanto territorialidades de afeto e partilha de experiências, incentivando um gesto de emancipação que desafia o modelo violento que insiste em representar os sujeitos como vítimas destituídas de agência. Para Patrícia Hill Collins (2019, p.184), o cuidado e a amizade produzem espaços seguros nos quais “o conhecimento construído do ‘eu’ emerge da luta para substituir as imagens de controle pelo conhecimento autodefinido, considerado pessoalmente importante, um conhecimento muitas vezes essencial para a sobrevivência” dos diferentes grupos e sujeitos. Quando imagens de controle são questionadas e rasuradas oferecem condições de escuta, partilha, cuidado e afeto, contribuindo para “o empoderamento por meio da autodefinição”(COLLINS, 2019, p.185) e para a amizade fundada no cuidado como ética da responsabilidade.

Francisco Ortega (2000, p.13) acredita que a renovação da política da amizade, amparada pela solidariedade, seja a melhor forma de manter estreitos os laços comunitários que

asseguram a experiência de “ser-com-o outro”. Para Ortega, a amizade pode se transformar num espaço de jogo para a reinvenção das relações políticas, de modo que “ante uma sociedade que limita e prescreve as formas de relacionamento, a amizade seria a experimentação de novas formas de sociabilidade.” A amizade seria a saída para a incorporação dos “diferentes”, pois exige novas imagens e metáforas para o pensamento, para os sentimentos e também para o ser-em-comunidade. A pluralidade da diferença se configura num estímulo para a reflexão sobre a identidade de cada indivíduo.

O risco que este desafio coloca é que saibamos desenvolver uma percepção sensível para as diferenças de opinião e de gostos, pois a amizade requer um constante deslocamento em direção à mudança e em meio aos encontros e desencontros que caracterizam uma relação agonística. Para Ortega (2000, p.81), somente essa dinâmica, esse agonismo (desafio e incitação recíproca), essa disposição a nos deixarmos questionar em nossas crenças e ideais, “a modificarmos nossas opiniões através do relacionamento com o amigo, constituem a base de uma amizade para além da reciprocidade, do parentesco, da incorporação do outro”.

Byung-Chul Han (2017, 2018) vai argumentar que o sujeito neoliberal, geralmente voltado para otimizar sua performance e sua auto-validação, utiliza seus vínculos de amizade para alcançar propósitos individuais, amplificando sua condita narcísica e dificultando a produção de relações eróticas (voltadas para o gesto de sair de si em direção ao outro). A crítica de Han à ideologia neoliberal apresenta as dificuldades em se cultivar a amizade, a comunidade, o cuidado e a confiança, sobretudo em espaços organizacionais nos quais o trabalho estimula fortemente a competição, o isolamento, a individualidade, o mérito e a desconfiança. Como produzir espaços de que jogo abertos à confiança e à amizade nessas condições? Esse é o ponto central da reflexão a ser desenvolvida.

Espaços organizacionais de jogo, de confiança e amizade: condições para alterar vulnerabilidades

A vulnerabilidade possui uma dimensão política que requer que pensemos não apenas nas ameaças sociais ao corpo e suas formas de aparecimento, mas sobretudo nas redes de sustentação que amparam a existência nas esferas privada, institucional e política. Quando acionamos a ética do cuidado para lidar com a proteção e manutenção dessas redes é importante considerar que a expressão e inteligibilidade dos diferentes tipos de violência e sofrimento requer não apenas condições adequadas de enunciação, mas também de escuta. Sujeitos políticos em situação de vulnerabilidade requerem um tipo de responsabilidade ética fundada

na abertura ao outro, no acolhimento e na consideração direcionada para a elaboração de respostas adequadas à situação descrita por aquela ou aquele que nos interpelam. Não se trata de vencer a vulnerabilidade, mas de lutar contra a fixação em categorias, a reificação de uma posição que os destitui de agência.

Em contextos institucionais, a elaboração de metodologias capazes de analisar relações pautadas pelo cuidado ético requerem uma complexa constelação de abordagens que, geralmente, aproximam métodos de inspiração antropológica, cartográfica e comunicacional.³ É frequente também a utilização da autoetnografia e desenhos investigativos que seguem o mapeamento afetivo das interações em ambientes de trabalho⁴. Para este trabalho, como forma de nos auxiliar a compreender possíveis estratégias de abordagem do cuidado que se define em espaços de jogo marcados pela amizade e pela confiança, trazemos a pesquisa realizada pelo antropólogo João Biehl (2008, 2016). Entre 1997 e 2000, ele realizou um trabalho de acompanhamento de pacientes do Vita, um asilo localizado na cidade de Porto Alegre. Esse ambiente institucional foi assim descrito por Biehl:

O Vita é a vida numa língua morta, fiquei pensando. Essas pessoas estavam ali numa degradação sem igual, a maioria sem identificação formal, esperando com a morte. O Vita era de fato a fim da linha da pobreza. Nada nem ninguém – famílias ou instituições médicas, de saúde pública ou filantrópicas – a não ser alguns voluntários da vizinhança, queria ter algo a ver com estas criaturas. (2016, p.398)

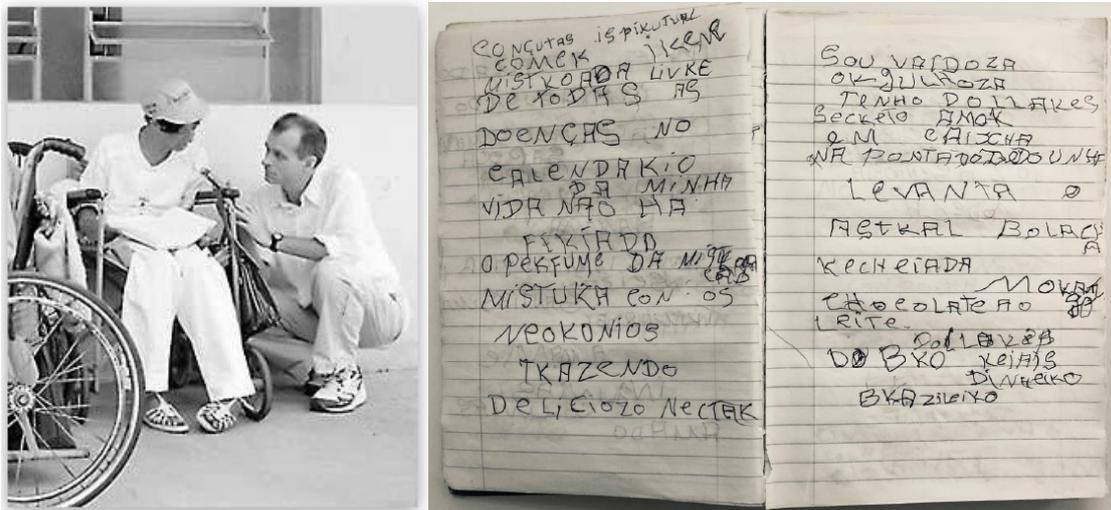
Contudo, é justamente nesse ambiente inóspito que Biehl conhece Catarina Inês Gomes Moraes, uma interna que havia sido deixada no Vita por familiares que não conheciam o diagnóstico de sua doença e que não tinham condições de cuidar dela. Biehl se aproxima de Catarina e começa a escutá-la com atenção. Aos poucos, vão criando um vínculo de confiança e algumas descobertas recíprocas vão sendo entrelaçadas. Um dos objetos que Catarina guardava sempre consigo era um caderno, no qual registrava eventos cotidianos, memórias, assombros e epifanias. Ela permite que Biehl leia suas páginas e que as fotografe. A partir de sua tentativa de compreensão da escritura de Catarina, nascem novas trocas, diálogos e buscas que os engajam em um espaço de jogo no qual as confluências se sentidos giram em torno das páginas do “dicionário”⁵ elaborado por ela.

³ Ver, por exemplo, os trabalhos de Élise Olmedo: *Cartographie sensible, émotions et imaginaire*, Visionscarto, 2011, n.4, v.1, <https://www.visionscarto.net/cartographie-sensible>.

⁴ Ver, por exemplo, os trabalhos de Kevin Flamme: *The institutionalization of workplace violence: The case of professional male modeling*, : *Revue Interdisciplinaire Management, Homme & Entreprise* 2020/1 Vol. 9, No 38, e de Saoirse Caitlin O’Shea: ‘I, Robot?’ Or how transgender subjects are dehumanised, *Culture and Organization*, 26:1, 1-13, 2020.

⁵ “O dicionário era um mar de palavras, com referências a todo tipo de doença, lugares e papéis sociais que ela já não habitava, e pessoas que um dia havia conhecido e com quem ela havia convivido. “Documentos, realidade, cansaço, verdade, saliva, voraz, consumidor, poupança, economia, Catarina, espírito, pílulas, casamento, câncer,

Imagem 1 – Catarina e Biehl conversam no pátio do Vita. O caderno de Catarina e sua agência desviante



Fonte: Biehl, 2008, p.415 e 428.

A confiança e amizade construídas abrem um espaço de jogo entre Biehl e Catarina, alterando também as relações no Vita. Funcionários são instados a procurar documentos que indiquem vestígios passados da vida de Catarina; outros internos são convidados a participar de conversas e entrevistas; o cotidiano se transforma pela pesquisa conduzida, revelando metamorfoses nas experiências do pesquisador e de seus interlocutores. Aos poucos, elos de amizade são cultivados e a existência desses elos configura territorialidades de afeto e partilha de cuidado, incentivando um gesto de emancipação que desafia o modelo violento que insiste em representar os sujeitos como vítimas destituídas de agência.

A ética do cuidado evidencia como sistemas e dispositivos organizacionais moldam os sujeitos e suas possibilidades de autonomia, mas não aniquilam suas possibilidades de desvios e fugas. Para Marielle Macé (2023), a amizade e a confiança atuam em um jogo comunicativo no qual os sujeitos se colocam em relação sem hierarquizar opacidades que coexistem, tramando tecidos cuja verdadeira compreensão está na textura mesma da trama, das superfícies de contato e não somente na constituição dos elementos que nela se enredam. O processo de construção da amizade requer um trabalho de experimentação, de abertura e de criação de novas disposições para que não apenas novos pensamentos sejam colocados em movimento, mas também imaginários de esperança e coexistência. São vários os elementos que confluem para essa tarefa de condensação e sedimentação de trocas: saberes, gambiarras, gestos, escrituras,

Igreja Católica, a divisão de corpos, a divisão da herança, as crianças do casal.” As suas palavras, aparentemente dissociadas, eram, de certo modo, uma extensão da figura abjeta que Catarina havia se tornado na vida doméstica, na medicina e no país” (Biehl, 2008, p.415).

fotografias, documentos, que se enredam em composições heterogêneas, como constelações, desestabilizando governamentalidades hierárquicas e violentas. A amizade e a confiança alimentam formas de conhecimento e saberes que desarranjam um equilíbrio ilusório e naturalizado no espaço institucional, abrindo brechas para metamorfoses. Assim, o tempo da escuta que considera se desdobra outramente, conferindo um peso diferente ao instante desviante do encontro, ligando-o a outros instantes, permitindo outros acessos ao passado, construindo outra memória e criando, por isso mesmo, outros futuros.

Segundo Macé (2023), a amizade move relações que consideram, que abrem uma borda na qual nos demoramos para permitir um olhar à escuta, um olhar que desafia a maneira como a retórica da inospitalidade tende a dizer que os outros, os diferentes, são excessivos, que eles incomodam, que não há lugar que os comporte, que os acomode. O gesto radical da insurgência que se apoia na amizade realiza uma *mise en scène* que promove a redistribuição e o deslocamento de lugares, nos afastando das fobias do contato e do contágio, nos levando a fazer uma experiência na “hostipitalidade”, um exercício de buscar as alteridades violentadas no processo brutal de confiscação e sideração.

Na amizade, um elo de cuidado se forma, um cuidado político, cuja preocupação central é reunir sem cessar os elementos que permitem sua sobrevivência em um espaço “reabitado, cultivado, imaginado, implicando envolvimento e responsabilidade” (Macé, 2023, p.29). Contudo, não se trata apenas de sobreviver, mas de criar juntos maneiras de viver, de cooperar, de cuidar e de favorecer o trabalho coletivo apensar das violências do capitalismo que tudo expropria dos viventes. O cuidado como prática ética de responsabilidade é uma sustentação para a vida e para a modificação das condições de vulnerabilidade humana, com especial atenção ao que resiste à dor, ao sofrimento e ao desastre (Macé, 2019).

A zona criativa da amizade deve ser cultivada, defendida, ampliada, pois nela crescem outros modos de habitar e enfrentar a confiscação do capitalismo. Os espaços seguros dessa zona produzem um grande “emaranhado de desafios e de destinos, que não temos exatamente que desembaraçar, mas cujos agenciamentos inesperados, saídas surpreendentes, enodamentos e desnodamentos” (Macé, 2023, p.35) transformam e modelam o comum.

“Nós” não designa uma adição de sujeitos (“eu” mais “eu” mais “eu”...), mas um sujeito coletivo, dilatado ao redor de mim, que fala: eu e não eu, em parte indefinido, potencialmente ilimitado, eu e tudo aquilo a que posso ou quero me ligar. [...] “Nós” é o resultado de um “eu” que se abriu (que se abriu para aquilo que ele não é), que se dilatou, se colocou fora, se ampliou. (Macé, 2023, p.25).

A relação de amizade permite um engajamento em um processo que vai além do eu,

uma evasão e desapropriação que elabora a distância, vital para preservar a demanda singular que o outro nos dirige. Na ética do cuidado, o corpo, como evento relacional, estabelece uma situação que redefine a experiência de si e do outro a partir da não indiferença suscitada pela proximidade do estranho a quem oferecemos hospitalidade (Macé, 2023). A confiança é também um dos fundamentos da amizade e evoca novas formas de vida para além das regras institucionalizadas, permitindo a construção de um comum pautado por um processo de comunicação cujo desafio é preservar a diversidade, privilegiar a indeterminação, a imprevisibilidade da ação que é, ao mesmo tempo, hospitaleira e antagonística.

Na amizade que se constitui entre Biehl e Catarina, a escritura se revela um espaço de jogo para experimentações e partilha com a linguagem. Biehl traça conversas a partir das palavras que ela cuidadosamente anota nos cadernos enquanto busca criar sentido para os termos e expressões que escuta dos médicos, compondo um “dicionário”. Nesse dicionário, “ela consegue mudar os termos de definição de sua condição, manipulando as palavras criativamente e redefinindo o seu próprio vocabulário” (Biehl, 2008, p.441). A relação de amizade com Catarina se torna mais profunda, quando Biehl se dedica a interagir com ela a partir desse vocabulário que ela cria para se autodefinir. Ele enfatiza as circunstâncias mesmas da enunciação de Catarina, a maneira como tomava de empréstimo os termos médicos e se apropriava das palavras que não haviam sido feitas para ela, o estilo e a tonalidade de suas narrativas de si. O que ambos faziam era, com base em uma confiança recíproca, entrar no campo de jogo de uma gramática aberta às experimentações e pilhagens de termos da linguagem médica, de modo a provocar fricções com novas formas e conteúdos. Assim, cada um, à sua maneira, vão se constituindo reciprocamente, de forma ativa, desviando de regras que os exergam como produto das instituições sociais que conformam os indivíduos e governam seus vínculos.

Os vínculos de amizade e confiança que se forjaram nesse espaço linguageiro de rasura, experimentação e resistência são fruto de cuidadosas operações de reformulação, de reordenação de frases, de condensação, comparação, deslocamentos que entrelaçam diferentes discursos e promovem aberturas para várias redes semânticas capazes de permitir uma autodefinição sempre amparada pelos enunciados formulados por aqueles que estão envolvidos nos cuidados e na manutenção da vida de Catarina. Para Biehl, a leitura do dicionário não era somente uma atividade que trazia conhecimento acerca de Catarina, mesmo porque, esse desejo de conhece-la não poderia se confundir com um ato de classificação a partir de categorias já conhecidas por ele. A leitura e a criação de um vocabulário comum para os encontros entre ambos era a realização de uma redefinição do espaço e do tempo que ambos dedicavam à elaboração de um comum, de uma constelação movente de vivências e saberes comuns. No

espaço da amizade, Biehl e Catarina exercem sua autonomia e liberdade como forma de atuarem sobre si mesmos, buscando saídas para condições impostas a partir de um imaginário multilíngue.

A metodologia de inspiração etnográfica pode auxiliar o pesquisador a compreender como se constituem as relações de amizade e confiança no interior das instituições e organizações, evidenciando traços, pistas e materialidades que se tornam significativas na construção de uma ética do cuidado. Biehl (2008) relata que a pesquisa etnográfica foi significativa para captar a polifonia institucional, sua variedade de enredos, duplos vínculos, imprevistos e fugas, acontecimentos e mundos que se criam e se recriam através da confluência de imaginários. Biehl (2016) ressalta que a criação de mapas é importante para a construção de um percurso capaz de oferecer respostas que serão endereçadas aos sujeitos da pesquisa, configurando responsabilidades éticas e cuidado. Assim, as criações etnográficas enfatizam a dimensão inacabada das pessoas, seu “vir a ser” num cotidiano violento e incerto e tornando-se algo distinto por meio de relações, coisas, reivindicações, cuidado e imaginação. A noção de devir enfatiza o poder plástico das pessoas e a problemática intrincada de como viver ao lado, de como resistir através dos constrangimentos e das violências institucionais e de sua constante transformação.

A elaboração de um processo de pesquisa que tem como fio condutor o contato com a alteridade pode contar também com a invenção de uma escritura que possa também condensar experiências através da confluência de documentos, arquivos, palavras, imagens e registros de campo que são reunidos não com o intuito de construir uma explicação, mas para evidenciar a possibilidade de dispor, de montar, de produzir novas combinações e, conseqüentemente, de dar a ver novas composições sensíveis. É no registro da pesquisa que a comunicabilidade da experiência poderá realizar a partilha de saberes direcionados à prática do cuidado. Não é evidente encontrar métodos capazes de colocar em prática a amizade e a confiança e sua potência de abrir espaços de jogo que redefinem vulnerabilidades. A investigação conduzida por Biehl nos é apresentada através de livros e artigos que evidenciam a construção de uma rede heterogênea de elementos em torno do evento singular da amizade com Catarina. Essa rede pode ser sempre alterada a partir da disposição e da recombinação de seus elementos, fazendo com que outros modos de percepção, de afeto e de interpretação tomem forma. É como se a escritura (e aqui também podem ser consideradas práticas de transmissão oral e audiovisual) possibilitasse uma gesto de tecer juntos percepções, afetos, nomes, conceitos e ideias, constituindo uma comunidade sensível sempre aberta a outros ritmos e formas.

Considerações finais

Nosso intuito foi evidenciar a prática do cuidado como agência política que reconfigura condições de vulnerabilidade a partir de relações de amizade e confiança que se estabelecem em contextos institucionais e organizacionais. Vimos como novos espaços de jogo podem ser abertos pelo cuidado ético, configurando outros ritmos e territorialidades direcionados ao encontro responsivo e responsável. Espaços de jogo instauram intervalos, margens de manobra e intervalos de respiro que reconfiguram as interações tendo em vista a autoafirmação e a agentividade dos interlocutores. Nesse sentido, olhar para as capacidades de agência das pessoas (desigualmente imperfeitas), implica descobrir como as pessoas atuam e se mobilizam para transformar condições que consideram injustas e desiguais, definindo de que forma elas imaginam e desejam configurar seus espaços, tempos e vínculos de interdependência nos contextos de vida e de trabalho.

A recusa, a resistência, as gambiarras, rasuras e reapropriações de elementos que fazem parte da cultura e do discurso institucionais são ações que oferecem pistas acerca de como as pessoas aprendem a reconfigurar certas realidades naturalizadas e empenham-se em processos de autodefinição, autodeterminação e autonomia. Tais processos são sempre relacionais e demandam atenção tanto às negociações, quanto às recusas ao engajamento com certas realidades e instituições. A agência e o cuidado são processos relacionais que se encontram distribuídos na imbricação da atuação das pessoas em várias redes entramadas de coexistência (biológicas, políticas, familiares, organizacionais, etc), mobilizando muitos detalhes e miudezas que são tão vitais para a sustentação da existência em comum. Segundo Macé, são esses pequenos gestos singelos do cotidiano que podem ajudar na jardinagem da imaginação política, pois, segundo ela, “nos envolvemos com os gestos minoritários de jardinar os possíveis, de cuidar, apoiar e ampliar o que se exprime e cresce longe da submissão ao poder” (2023, p.23).

A amizade e a confiança são dimensões centrais do cuidado como prática política, pois elas orientam relações comunicativas que nos permitem perceber o outro, recebê-lo e escutá-lo, em uma tomada de posição que implica sair da individualidade para inclinar-se em direção à alteridade e suas demandas. Esse encontro é possível porque, no espaço de jogo do cuidado político, a amizade possibilita a vizinhança com o outro sem sua redução e um conceito, a uma representação, escapando de uma explicação redutora e preservando sua estranheza perturbadora. Ao mesmo tempo, quando uma resposta ao apelo do outro é formulada, as identidades em contato também se alteram e se reconfiguram. O cuidado ético e político não instaura uma relação de dominação nem de apreensão cognitiva ou de classificação da diferença

do outro (reduzindo-a a tipificações e esquemas de representação que permitem governar o universo das coisas e dos seres), mas se define a partir de uma relação de responsabilidade.

Sob esse aspecto, como mostramos em nossa reflexão, responder ao outro é tornar-se responsável por ele, escutando sua interpelação, para tocar e ser tocado por ele. A relação de cuidado político busca considerar sem reduzir ou fazer desaparecer a assimetria, a estranheza e a distância que impedem que a interpelação se transforme numa busca de compreensão, explicação ou redução do outro a um conceito que aniquila a multiplicidade de sua experiência. A abertura aos outros por meio da amizade e da confiança define reciprocamente as identidades. Esse encontro ético interrompe a tendência do “eu” de conceber o mundo como um espaço de poder no qual atua soberanamente. A exposição pelo cuidado interrompe o trabalho de síntese e de redução do outro a “si mesmo”, abrindo um espaço de jogo no qual constelações moventes entre diferentes elementos orientam os sujeitos em sua busca recíproca por reconhecimento e dignidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. S. P. Rouanet. Prefácio J. M. Gagnebin. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp.165-196.

BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. S. P. Rouanet. Prefácio J. M. Gagnebin. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 108-113.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Ed. 34, 2023.

BIEHL J. Antropologia entre o inesperado e o inacabado. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 389-423, jul./dez. 2016.

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

- CONCEIÇÃO, Nélio. Jogo, espaço de manobra e inervação em Walter Benjamin. In: M. J. A. León, V. Moura (Ed.). **Conceitos Estéticos / Conceptos Estéticos** (p. 63-76). Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017.
- FERRARESE, Estelle; LAUGIER, Sandra. **Formes de vie**. Paris: CNRS Éditions, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Friendship as a way of life. In: **Ethics: subjectivity and truth**, v.I (Ed. Paul Rabinow). New York: The new Press, 1997, p.135-156.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da Liberdade. **Ditos escritos, vol.V, Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.264-293.
- FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista Ornicar. In: **Dits et Écrits**, v.3, [1977], 1994, p.194-228.
- GAGNEBIN, J-M. 2020. Sobre a noção de Spielraum em Walter Benjamin : resistência e inventividade. In: SOUZA, Ricardo Timm de et al. (orgs). **Walter Benjamin: barbárie e memória ética**. Porto Alegre: Ed. Zouk, p.63-73.
- HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.
- IONTA, Marilda. **As cores da amizade**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MACÉ, Marielle. **Nossas cabanas**. Rio de Janeiro Bazar doTempo, 2023.
- MONDZAIN, Marie-José. **K como Kolônia**. Lisboa: Orfeu Negro, 2022a.
- MONDZAIN, Marie-José. **Confiscações - das palavras, das imagens e do tempo**. Belo Horizonte: Relicário, 2022b.
- ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Walter Benjamin e a guerra de imagens**. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- TRONTO, Joan C. **Moral Boundaries**. A Political Argument for an Ethic of Care. New York: Routledge, 1993.
- TRONTO, Joan. Care as a Basis for Radical Political Judgments. *Hypatia*, 10(2), 141-149, 1995.
- WOHLFARTH, Irving. Spielraum. O jogo e a aposta da “segunda técnica” em Walter Benjamin. **Limiar**, v. 3, n. 6, p. 3-53, 2016.

